

# Alternativa Coerente DIV EXT

O Governo do Presidente José Sarney deu um passo positivo nas relações financeiras internacionais ao fechar um acordo com o Clube de Paris, que reescalou o pagamento de 4,12 bilhões de dólares. O Clube receberá do Fundo Monetário Internacional uma avaliação da performance da economia brasileira — que obviamente dependerá da racionalidade com que se conduzam os nossos negócios internos — e assim abrem-se provisoriamente os canais para um acordo com os bancos privados, em mãos dos quais se concentra o grosso da dívida.

É preciso dar ao Presidente da República o crédito que ele merece para colocar em ordem a casa, reconduzindo a economia a melhores níveis de racionalidade. Temos enormes obstáculos internos na máquina estatal, no desajuste de preços relativos e nas elevadas taxas de juros, que não podem ser combatidos sem o controle prévio da inflação. O Brasil é carente de capitais de investimento e tem registrado mais saídas que entradas de recursos, certamente porque o capital estrangeiro preferiu voar para outras regiões menos hostis ou com uma retórica menos confusa.

O Clube de Paris deu ao Brasil um aval parcial, que não pode ser desperdiçado pelos negociadores brasileiros. A questão central que se equaciona hoje é como conseguir mais capital externo, o que desde já também envolve importantes definições de política econômica.

Vivemos, até agora, um ambiente no qual vastos segmentos do partido majoritário — para não falar em teóricos enrustidos que freqüentam os círculos do poder em Brasília — vinham aberta ou veladamente pregando a moratória. É isto que o Brasil e a cúpula do PMDB desejam? E, se é, por que considerar como uma grande vitória o reescalamento de parcelas da dívida vencidas com o Clube de Paris?

O Brasil requer coerência interna e coerência política para enfrentar a questão crucial da formação bruta de capital fixo, e o papel que o dinheiro de fora representa para nossa taxa de crescimento do Produto Interno Bruto. Não podemos deixar nossas relações

financeiras internacionais se contaminarem com a confusão que tem marcado os debates entre ministros sobre problemas internos.

A primeira definição que o Brasil e os brasileiros devem cobrar, tanto do Governo quanto dos alicerces políticos que o sustentam, é uma definição de princípios. Queremos aumentar o endividamento financeiro do Brasil recorrendo novamente à caixa dos bancos, depois do sinal verde (parcial) do Clube de Paris?

É tempo de que o Brasil deixe de ser um devedor financeiro, passando a se relacionar com o mercado internacional de capitais em bases mais sólidas, coerentes e duradouras. O que o Brasil necessita é de capital fixo, de capital de risco aplicado em investimentos. Devemos repudiar o endividamento financeiro que irá engordar o bolo da nossa dívida externa. É um contra-senso festejar o sinal verde arrancado ao Clube de Paris para bater à porta dos bancos pedindo capital novo. O sistema financeiro internacional sofisticou-se, criou vários mecanismos novos de movimentação da poupança, e é por aí que deveríamos caminhar. Capital fixo é dinheiro que fica e que produz lucros e dividendos. Não é capital que gira sem maiores vínculos com o país recebedor.

Somente afastando o esquerdismo infantil que tem dominado o debate em torno da dívida externa brasileira chegaremos a parcerias melhores que as de devedor e credor de guichês de curto prazo. Infelizmente, a atração de capitais de risco implica a mudança de retórica incompatível com a demagogia, da qual muitas lideranças políticas alimentam sua desmedida ambição de chegar ao poder. Se é assim, então que ao menos em homenagem à coerência deixem os teóricos do calote de comemorar os créditos abertos pelo Clube de Paris, como se uma vez mais a Europa estivesse se curvando ante o Brasil. Esta, sim, é a retórica derrotista que impede e torpedeia o aporte de capitais para investimentos, de que tanto necessitamos para criar novos empregos e construir uma nação contemporânea das grandes correntes do mundo industrializado.